

11 JUN 1990

Governo estuda negociação e pode rever retenção de remessas

por Claudia Safatle
de Brasília



Jório Dauster

O embaixador extraordinário para renegociação da dívida externa, Jório Dauster, acelera, nesta semana, a organização da estratégia e tática que serão seguidas na condução da negociação externa. Estão formados cinco grupos de trabalho encarregados de concluir as sugestões para os aspectos mais importantes do acordo externo: o levantamento do cardápio de opções a ser explorado; o "entorno regulatório", que Dauster engloba o conjunto de normas fiscais e contábeis que envolvem o sistema bancário de cada país credor, que influenciam na capacidade de o banco reduzir o estoque da dívida brasileira; o acordo "stand-by" com o Fundo Monetário Internacional (FMI); Bird/BID, e Clube de Paris.

Um outro problema, que não diz respeito à renegociação propriamente dita, mas que interessa muito aos credores brasileiros, refere-se à retenção da remessa de lucros e dividendos ao exterior, no Banco Central, com liberação prevista a partir de setembro de 1991, como as demais aplicações financeiras bloqueadas pelo plano de estabilização.

Dauster lembrou que existe um grupo de trabalho estudando as possibilidades de flexibilizar essa retenção. Quando esteve em Washington para participar da reunião do Conselho das Américas, em maio último, esta foi a primeira pergunta feita por participantes do Conselho à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Na ocasião ela explicou a razão da retenção das remessas feitas até o mês passado e informou a disposição de estudar uma mudança nesse quadro, tarefa que foi atribuída a um grupo de trabalho, no Banco Central.

A agenda da missão do FMI, cujos técnicos deveriam desembarcar em Brasília em meados deste mês, está atrasada, porque a equipe econômica brasileira ainda não conseguiu fe-

char as contas fiscais e estabelecer um superávit operacional que fundamentará o acordo com o Fundo. De qualquer maneira, o embaixador tem mantido contatos estreitos com o representante do Brasil no FMI, Alexandre Kafka, que está acompanhando a evolução do plano de estabilização e, mais recentemente, a polémica sobre indexação dos reajustes salariais à inflação passada.

ENCONTRO COM CREDORES

O convite aos grandes bancos credores, para virem a Brasília, na segunda quinzena de junho, também ainda não foi feito.

Dauster espera poder fazê-lo "muito em breve", e considerou esse processo de consultas que será desenvolvido junto aos principais credores como uma importante inovação da estratégia de negociação. "Com eles queremos discutir todos os problemas fiscais e regulatórios e colher idéias sobre o que pensa a respeito da negociação."

Dois pontos são definidos na tática de negociação. O governo brasileiro vai fixar o teto de pagamentos externos que poderá fazer, em razão da capacidade de geração de cruzeiros para comprar dólares, delimitada pela possibilidade de criação de superávit fiscal; e o aproveitamento do mercado de capitais como instrumento de captação de recursos, através da emissão de bônus brasileiros. Dauster ressaltou que durante todos os

atos de suspensão dos pagamentos de juros, os juros dos bônus brasileiros adquiridos por bancos no exterior foram preservados. "Pagamos em dia", assinalou. Sem querer adiantar como seria a emissão de bônus, ele apenas indicou: "Podem haver coisas interessantes nessa área".

A descentralização da negociação externa é um dos caminhos da tática de buscar um acordo mais duradouro e, também, uma das idéias anunciadas durante a campanha do então candidato Fernando Collor de Mello, ao prever a retirada do aval do Tesouro dos contratos firmados no exterior, que atingem cerca de US\$ 26 bilhões da dívida contraída.

Essa proposta é mais complicada e mais interessante do que parece inicialmente e está consolidada num documento elaborado pelo economista e ex-diretor da área externa do Banco Central, Carlos Eduardo de Freitas, hoje assessor do Ministério da Economia, juntamente com Felipe Ohana, economista do IPEA.

Ela parte da premissa de que o gargalo ao pagamento externo tem origem fiscal e não na esfera do balanço de pagamentos; a determinação dos montantes a serem pagos adviria da capacidade do setor público (nas áreas federal, municipal e estadual) de produzir superávits, o que representaria, em última análise, uma inversão do que vem ocorrendo nas últimas negociações externas. Em vez de a taxa de crescimento econômico ser o resíduo do acordo, a disponibilidade de geração de recursos para pagar os serviços da dívida é que seria tratada como resíduo da operação.

Promover uma renegociação "multipolar", como propõe esse estudo, representaria tratar diferentemente de situações desiguais. Se há um grupo de empresas estatais, ou setor privado, com capacidade de pagar suas dívidas, essas empresas comandariam o processo negociador junto aos seus credores.

Assim, seriam estabelecidos cinco núcleos de renegociação descentralizada: 1) bancos estrangeiros e Tesouro Nacional — que responde por 34% da dívida externa do setor público; 2) bancos estrangeiros e estatais federais que representam 18,8% do passivo do setor público; 3) agências governamentais e governo central — abarcam 12,4% da dívida; 4) organismos internacionais e governo central — cerca de 9,4% da dívida; e 5) bancos estrangeiros e empresas estatais estaduais — 5,6% da dívida.

A proposta representaria um retorno ao esquema de negociação anterior à crise cambial de 1982, quando não havia centralização de câmbio no Banco Central.

"Cada secretário de Fazenda, cada dirigente financeiro de uma empresa estatal, ou privada, será um negociador da dívida externa, tirando partido das potencialidades econômicas dos seus estados e das empresas que dirigem", sugere o documento dos dois assessores governamentais.

Nessa estratégia, o comitê de assessoramento dos bancos credores ficaria enfraquecido, mas seria mantido como interlocutor útil para questões mais específicas, como, por exemplo, na gerência das linhas de curto prazo, de comércio e interbancária.

As sugestões listadas no documento de Freitas e Ohana não serão, necessariamente, seguidas. Mas, segundo Dauster, este como outros inúmeros estudos sobre negociação externa estaria servindo de base para a fundamentação da proposta brasileira.

SAQUES — Embora admitindo que o prazo que lhe foi concedido pelo Congresso Nacional para que apresente as listas dos investidores que sacaram grandes somas de dinheiro até um mês antes da decretação das medidas do Plano Collor seja curto, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, garantiu que na próxima segunda-feira começará a apresentar parte dessa relação.